

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS**  
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>185.185,25</b>	<b>87.017,52</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>87.212,10</b>	<b>2.234,08</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	169.373,67	75.921,52	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>18.096,03</b>	<b>0,00</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	169.373,67	75.921,52	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	18.096,03	0,00
CONTA ÚNICA	169.373,67	75.921,52	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	18.096,03	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.811,58	11.096,00	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>53.134,13</b>	<b>750,00</b>
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	15.811,58	11.096,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	53.134,13	750,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUN P	15.811,58	11.096,00	FORNECEDORES NACIONAIS	51.704,13	750,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>125.530,99</b>	<b>56.741,59</b>	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	1.430,00	0,00
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>125.530,99</b>	<b>56.741,59</b>	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>15.981,94</b>	<b>1.484,08</b>
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>63.666,49</b>	<b>41.944,59</b>	VALORES RESTITUÍVEIS	15.981,94	1.484,08
BENS DE INFORMÁTICA	5.840,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	15.981,94	1.484,08
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.481,90	0,00	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>87.212,10</b>	<b>2.234,08</b>
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	8.400,00	0,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
DEMAIS BENS MÓVEIS	41.944,59	41.944,59	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>61.864,50</b>	<b>14.797,00</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>223.504,14</b>	<b>141.525,03</b>
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	47.067,50	0,00	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>223.504,14</b>	<b>141.525,03</b>
DEMAIS BENS IMÓVEIS	14.797,00	14.797,00	<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>	<b>223.504,14</b>	<b>141.525,03</b>
<b>TOTAL</b>	<b>310.716,24</b>	<b>143.759,11</b>	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P -413.857,09	-495.836,20
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 93.440,66	93.440,66
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 351.398,47	351.398,47
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -13.224,04	-13.224,04
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 216.915,86	216.915,86
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -12.662,22	-12.662,22
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 1.492,50	1.492,50
			<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>223.504,14</b>	<b>141.525,03</b>
			<b>TOTAL</b>	<b>310.716,24</b>	<b>143.759,11</b>

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIV ALDO RUFINO DA SILVA  
 Acesse em: <http://ecccce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75e18e202

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PERÍODO**



Exercício de 2017

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO	169.373,67	75.921,52	PASSIVO FINANCEIRO (87.212,10)+ Restos não Processado(0,00)	87.212,10	2.234,08
ATIVO PERMANENTE	141.342,57	67.837,59		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	223.504,14	141.525,03

\_\_\_\_\_  
JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

\_\_\_\_\_  
ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

\_\_\_\_\_  
JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

\_\_\_\_\_  
ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Acesse em: <http://eic/cei/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

##### 1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510, de 10 de agosto de 2016 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis<sup>1</sup>.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

<sup>1</sup> A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)* podem ser observadas em caráter residual e não obrigatório.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### NOTA EXPLICATIVA

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal.

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.<sup>1</sup>

#### 1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

<sup>1</sup> NBC TSP nº 634/2013, art. 2º. A DVP deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que se incorporaram no processo de consolidação das contas.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### NOTA EXPLICATIVA

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos (Grifo nosso).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - <b>Dívida Ativa</b> e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - <b>Créditos a receber</b> (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Ativos contingentes</b> ;	Em implantação

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2020 - <b>Créditos tributários e de contribuições por competência</b> (exceto créditos previdenciários); e <b>Créditos previdenciários por competência</b> , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - <b>Provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - <b>Obrigações com fornecedores por competência</b>	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Passivos contingentes, Provisões por competência e Obrigações por competência</b> (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - <b>Bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva <b>depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável</b> (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Asses em: <http://etce/ce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - <b>Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura.	Em implantação
---	--	----------------

### 1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

#### 1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assese em: <http://etceice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75e18e202



# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assesse em: <http://etce/ce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75e18e202

#### 1.2.2 Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos no MCASP e, em regra, será feita a conversão (quando em moeda estrangeira), à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de reconhecimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado

#### 1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, estes são reconhecidos imediatamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

#### 1.2.4 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (prestes em somar no passivo não circulante), os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de participações a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assesse em: <http://eicice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

### 1.3. Estrutura de apresentação das Notas Explicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.<sup>1</sup> De tal sorte, e com a finalidade principal de atender ao sistema de prestação de contas do TCQ-PQ, as Notas Explicativas foram autorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

- Nota Explicativa: Anexo I – Balanço Patrimonial (BP);
- Nota Explicativa: Anexo II – Balanço Orçamentário (BO);
- Nota Explicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);
- Nota Explicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Nota Explicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- Nota Explicativa: Anexo VI – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL).

Cabe destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadrar nesse comando de norma, não será necessária sua elaboração.

<sup>1</sup> NBC16 (P1) publicada no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2014

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

#### 1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência às informações geradas, em de acordo com a legislação, programas orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulam a utilização dos recursos públicos. Isto é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar vies nos valores evidenciados.<sup>1</sup>

#### 2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

##### 2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerais em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 185 mil na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 112,817% em relação ao exercício anterior.

##### 2.2 Outros créditos e valores de curto prazo

Compreendem os outros créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 15 mil contabilizados.

<sup>1</sup> NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assese em: <http://eicice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

### 2.3 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 18 mil, em 31/12/2017.

### 2.4 Fornecedores nacionais

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, as quais totalizaram em 2017 cerca de R\$ 51mil.

### 2.5 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações

Compreendem valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retensões de entidades representativas de classes, retensões de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$ 15 mil.

### 2.6 Supravit/Déficit Financeiro

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TUPARETAMA - FMAS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

No exercício de 2017, o superávit financeiro foi de cerca de R\$ 82 mil. No exercício anterior o superávit financeiro havia sido de R\$ 73 mil. A seguir é apresentada a análise sobre a variação ocorrida na posição financeira. O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Quando os ativos financeiros superam os passivos financeiros, tem-se posição financeira positiva ou superávit financeiro; por outro lado, quando os ativos financeiros são inferiores aos passivos financeiros, tem-se posição financeira negativa ou déficit financeiro. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária<sup>1</sup>.

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Asses em: <http://e/c/e/c/e/pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

<sup>1</sup> Lima, Severino. *Contabilidade pública: análise financeira governamental* / Severino, Cecília de Lima. Iacodilten. Alagoas: Munit, 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 503

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866/O-8

ROSEANE GOMES DOS ANJOS  
SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
045.173.674-52

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUPARETAMA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Acesse em: http://eic/ce/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam?codigo=do\_documento:b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75e18e202

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>579.321,10</b>	<b>121.507,27</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>680.963,19</b>	<b>108.425,20</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	530.186,35	74.931,10	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>313.200,71</b>	<b>1.003,08</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	530.186,35	74.931,10	PESSOAL A PAGAR	32.020,00	0,00
CONTA ÚNICA	F 530.186,35	74.931,10	PESSOAL A PAGAR	F 32.020,00	0,00
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>49.134,75</b>	<b>46.576,17</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>281.180,71</b>	<b>1.003,08</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.130,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 11.310,95	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P 2.130,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 157.283,64	0,00
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>47.004,75</b>	<b>46.576,17</b>	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 112.586,12	1.003,08
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P 47.004,75	46.576,17	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>147.858,63</b>	<b>38.675,49</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.140.524,55</b>	<b>2.118.780,54</b>	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO</b>	<b>147.858,63</b>	<b>38.675,49</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>2.140.524,55</b>	<b>2.118.780,54</b>	FORNECEDORES NACIONAIS	F 143.781,19	37.848,49
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>1.120.853,31</b>	<b>1.099.109,30</b>	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 4.077,44	827,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 14.070,51	0,00	<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>219.903,85</b>	<b>68.746,63</b>
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 1.106.782,80	1.099.109,30	<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>219.903,85</b>	<b>68.746,63</b>
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>1.019.671,24</b>	<b>1.019.671,24</b>	CONSIGNAÇÕES	F 219.903,85	68.746,63
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 1.019.671,24	1.019.671,24	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>680.963,19</b>	<b>108.425,20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.719.845,65</b>	<b>2.240.287,81</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.038.882,46</b>	<b>2.131.862,61</b>
			<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>2.038.882,46</b>	<b>2.131.862,61</b>
			<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>	<b>2.038.882,46</b>	<b>2.131.862,61</b>
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P -3.896.737,45	-3.803.757,30
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 1.465.584,34	1.465.584,34
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -2.983,97	-2.983,97
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 2.525.539,50	2.525.539,50
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -250.590,34	-250.590,34
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 2.059.773,35	2.059.773,35
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -1.702,97	-1.702,97
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 140.000,00	140.000,00
			<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.038.882,46</b>	<b>2.131.862,61</b>
			<b>TOTAL</b>	<b>2.719.845,65</b>	<b>2.240.287,81</b>

**Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PERÍODO**

Exercicio de 2017



**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO	530.186,35	74.931,10	PASSIVO FINANCEIRO (680.963,19)+ Restos não Processado(10.500,00)	691.463,19	108.425,20
ATIVO PERMANENTE	2.189.659,30	2.165.356,71		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	2.028.382,46	2.131.862,61

\_\_\_\_\_  
JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

\_\_\_\_\_  
ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

\_\_\_\_\_  
JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

\_\_\_\_\_  
ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Acesse em: <http://eic/cei/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202



# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUPARETAMA

#### NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

##### 1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510, de 10 de agosto de 2016 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis<sup>1</sup>.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

<sup>1</sup> A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)* podem ser observadas em caráter residual e não obrigatório.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### NOTA EXPLICATIVA

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal.

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.<sup>1</sup>

#### 1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

<sup>1</sup> NBC TSP nº 634/2013. A DVP deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que se incorporaram no processo de consolidação das contas.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### NOTA EXPLICATIVA

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos (Grifo nosso).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - <b>Dívida Ativa</b> e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - <b>Créditos a receber</b> (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Ativos contingentes</b> ;	Em implantação

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2020 - <b>Créditos tributários e de contribuições por competência</b> (exceto créditos previdenciários); e <b>Créditos previdenciários por competência</b> , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - <b>Provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - <b>Obrigações com fornecedores por competência</b>	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - <b>Passivos contingentes, Provisões por competência e Obrigações por competência</b> (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - <b>Bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva <b>depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável</b> (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017



### NOTA EXPLICATIVA

IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - <b>Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis</b> (exceto patrimônio cultural e infraestrutura.	Em implantação
---	--	----------------

### 1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

#### 1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assesse em: <http://etce/ce-pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75e18e202

#### 1.2.2 Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos no MCASP e, em regra, será feita a conversão (quando em moeda estrangeira), à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de reconhecimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado

#### 1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, estes são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

#### 1.2.4 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (prestado somente no passivo não circulante), os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de participações a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assesse em: <http://eic/ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

### 1.3. Estrutura de apresentação das Notas Explicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, completamentares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.<sup>1</sup> De tal sorte, e com a finalidade principal de atender ao sistema de prestação de contas do TCQ-PQ, as Notas Explicativas foram autorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

- Nota Explicativa: Anexo I – Balanço Patrimonial (BP);
- Nota Explicativa: Anexo II – Balanço Orçamentário (BO);
- Nota Explicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);
- Nota Explicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Nota Explicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- Nota Explicativa: Anexo VI – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL).

Cab  destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolida o das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadrar nesse comando de norma, não será necessária sua elabora o.

<sup>1</sup> NBC16 (P1) publicada no Diário Oficial da União em 21 de outubro de 2014

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assesse em: <http://e/cice/pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

#### 1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência às informações geradas, em de acordo com a legislação, programas orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulam a utilização dos recursos públicos. Isto é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar vies nos valores evidenciados.<sup>1</sup>

#### 2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

##### 2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerais em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, podem-se observar cerca de R\$ 530 mil na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 607,57% em relação ao exercício anterior.

##### 2.2 Outros créditos e valores de curto prazo

Compreendem os outros créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais. Dessa forma, podem-se observar cerca de R\$ 49 mil contabilizados.

<sup>1</sup> NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36



# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assese em: <http://e/c/c/e/pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

### 2.3 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 313 mil, em 31/12/2017, onde a rubrica encargos sociais a pagar correspondeu a 89,78% do montante dessas obrigações.

### 2.4 Fornecedores nacionais

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, as quais totalizaram em 2017 cerca de R\$ 147 mil.

### 2.5 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações

Compreendem valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidade representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$ 219 mil.

### 2.6 Supravit/Déficit Financeiro

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36

# Fundo Municipal de Saude de Tuparetama - FMS

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)



Exercício de 2017

### NOTA EXPLICATIVA

No exercício de 2017, o déficit financeiro foi de cerca de R\$ 161 mil. No exercício anterior o déficit financeiro havia sido de R\$ 33 mil. A seguir é apresentada a análise sobre a variação ocorrida na posição financeira. O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Quando os ativos financeiros superam os passivos financeiros, tem-se posição financeira positiva ou superávit financeiro; por outro lado, quando os ativos financeiros são inferiores aos passivos financeiros, tem-se posição financeira negativa ou déficit financeiro. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária<sup>1</sup>.

Documento Assinado Digitalmente por: DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
Assese em: <http://e/c/e/c/e/pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: b42a3d14-0e47-45d1-a472-4fa75ef8e202

<sup>1</sup> Lima, Severino. *Cerário de Contabilidade pública: análise financeira governamental* / Severino, Cerário de Lima. Iacodilten Aluec Muniz. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 502

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA  
CONTADOR  
CRC-PE 021.866-O-8

ALEX GOMES AMORIM  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
039.119.624-36